

**Políticas sociais
brasileiras em
contextos de crise**
desafios contemporâneos

Warllon de Souza Barcellos
Marco José de Oliveira Duarte
(orgs.)

editora



Políticas sociais brasileiras em contextos de crise

desafios contemporâneos

Warllon de Souza Barcellos
Marco José de Oliveira Duarte
(orgs.)

Belo Horizonte, 2020

editora



EDITORA DA UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS | EdUEMG

Conselho Editorial

Thiago Torres Costa Pereira | UEMG
Amanda Tolomelli Brescia | UEMG
Ana Elisa Ribeiro | CEFET-MG
Ana Lúcia Almeida Gazzola | UFMG
Fuad Kyrillos Neto | UFSJ
Helena Lopes da Silva | UFMG
José Márcio Pinto de Moura Barros | UEMG/PUC Minas

Thiago Torres Costa Pereira
Editor-chefe

Gabriella Nair Figueiredo Noronha Pinto
Coordenação administrativa e editorial

Expediente

UNIVERSIDADE DO ESTADO DE MINAS GERAIS | UEMG

Lavinia Rosa Rodrigues
Reitora

Thiago Torres Costa Pereira
Vice-reitor

Raoni Bonato da Rocha
Chefe de Gabinete

Fernando Antônio França Sette Pinheiro Júnior
Pró-reitor de Planejamento, Gestão e Finanças

Magda Lúcia Chamon
Pró-reitora de Pesquisa e Pós-graduação

Michelle Gonçalves Rodrigues
Pró-reitora de Ensino

Moacyr Laterza Filho
Pró-reitor de Extensão

Warllon de Souza Barcellos
Marco José de Oliveira Duarte
Organização

Thales Santos
Projeto gráfico e diagramação

Estúdio do texto
Isabella Moreira da Mata
Tainá França Verona
Revisão

Direitos desta edição reservados à
Editora da Universidade do Estado de Minas Gerais.
Imagens de capa e aberturas de capítulos por Unsplash.
Disponível em: <https://unsplash.com/>

Rod. Papa João Paulo II, 4001. Cidade Administrativa,
bairro Serra Verde, BH-MG, CEP: 31630-900
(31) 3916-9080 | e-mail: editora@uemg.br | eduemg.uemg.br

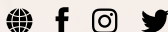
P769 Políticas sociais brasileiras em contextos de crise [recurso eletrônico] : desafios contemporâneos / Warllon de Souza Barcellos e Marco José de Oliveira Duarte (orgs.). – Dados eletrônicos. – Belo Horizonte : EdUEMG, 2020.

Livro eletrônico.
Modo de acesso: <<http://eduemg.uemg.br/catalogo>>
Vários autores.
ISBN 978-65-86832-07-5

1. Política social. 2. Política pública. 3. Serviço social - Pesquisa. I. Barcellos, Warllon de Souza. II. Duarte, Marco José de Oliveira. III. Universidade do Estado de Minas Gerais. IV. Título.

CDU 304.4(81)

Ficha catalográfica: Valdenicia Guimarães Rezende CRB-6/3099



Prefácio

Este livro sobre políticas sociais em contexto mundial de crise estrutural do capital no Brasil e de desmonte da ordem democrática prevista na Constituição Federal de 1988, constitui, sem dúvida, uma reafirmação de resistência alinhada contra forças neoliberais/conservadoras que, desde fins dos anos 1970, dominam o planeta.

Seus temas, abordados por um conjunto de autores com histórico de compromisso com o pensamento crítico e com a política social pública referenciada na cidadania, atestam esta asserção. Além disso, revelam, no seu trato analítico, disposição de problematizar desafios contemporâneos à política social brasileira com a confiança de que *transformar é possível*. Não transparece, por conseguinte, no *animus* dos autores e organizadores desta coletânea, a visão fatalista que mentores e executores do neoliberal-conservadorismo difundiram a respeito da invencibilidade dessa ideologia, dentre os quais ressaltam, respectivamente: o teórico Friedrich Von Hayek e a ex-primeira ministra inglesa, Margaret Thatcher, de par com o ex-presidente dos Estados Unidos, Ronald Reagan.

Efetivamente, os participantes desta publicação demonstram estar cientes da historicidade das turbulências sociais e políticas globais – geradoras de regressões nos padrões de vida, de trabalho e de segurança social dos cidadãos –, bem como da importância de combatê-las. Demonstram, ademais, conhecimento da magnitude do poder destrutivo dessas turbulências em meio ao uso do mais

avanzado aparato científico e tecnológico na produção de riquezas, que se quedam concentradas em poucas mãos.

Este é um paradoxo que particulariza e torna mais complexa a conjuntura social contemporânea na qual prevalece o mais profundo, acelerado e desumano desmanche das políticas sociais e dos direitos que elas deveriam concretizar; paradoxo esse que precisa ser tematizado como, aqui, se faz, e que, neste prefácio, empreendem-se esforços neste sentido.

Em breve retrospecto, é possível afirmar que, nunca antes, desde a Grande Depressão Econômica de 1929 até o final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, a qualidade de vida das pessoas, a segurança social e os direitos contra o abuso do trabalho assalariado se deterioraram como neste terceiro milênio. A crise do capital que se manifestou, em 2007, e se agudizou, em 2008, sob a aparente forma de crise financeira, aprofundou necessidades sociais para as quais se receitaram tratamentos solapadores da legitimidade de instituições representativas do Estado.

E isso, obviamente, acirrou antagonismos de classe que pareciam estar pacificados. De um lado, despontaram movimentos antioletivistas pautados em valores que reintroduziram, nos sistemas de regulação social, velhas apologias que incumbiam, ao indivíduo, o provimento de suas próprias carências por meio de sua inserção competitiva no trabalho assalariado e no mercado de consumo. E, nesse processo, o direito social de ser protegido pelo Estado cedeu lugar ao mérito individual, transformando os cidadãos em consumidores, isso quando não empreendedores. Mas, por outro lado, surgiram resistências sociais oietivistas defensoras do protagonismo do Estado na garantia do acesso e usufruto do cidadão a bens e serviços sociais que lhes seriam devidos como direitos conquistados no rastro da expansão da democracia desde fins do século XIX.

Contudo, esse cenário de conflitos não emergiu, propriamente, com a crise de 2007 e 2008. Desde finais dos anos 1970, ele foi sendo cultivado, como um ovo de serpente, no bojo do colapso das políticas keynesianas que conferiam papel decisivo ao Estado na regulação econômica e social; e, também, no processo de recrudescimento da ideologia anticomunista alimentada pela Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, desde 1945 ao término da Segunda Grande Guerra.

O resultado desse cultivo foi a emergência triunfante de um projeto de poder global nas asas de um capitalismo não mais regulado e nem referenciado em consignas democráticas, denominado Neoliberal; ou melhor, de um projeto que, apesar de render homenagem ao liberalismo, não se reduziu à recuperação do liberalismo clássico, desbancado pelo keynesianismo, especialmente porque, enquanto o velho liberalismo visava combater o pré-capitalismo, o neoliberalismo, associado ao um novo conservadorismo ascendente nos anos 1980, mirava o socialismo como inimigo figadal.

É nesse contexto que a política social vem sendo esvaziada de seu caráter público e de seu conteúdo social. E, como tal, passou a ser programada para atender, com precedência, necessidades de lucro do capital, em vez de necessidades sociais. A sua crescente privatização atende a esse desiderato e denuncia a sua captação pela lógica do mercado que é, por natureza, antissocial.

No Brasil, a gradativa privatização de tudo o que é público faz parte do propósito neoliberal, aqui, introduzido nos anos 1990, de integrar o país à ordem econômica mundial desregulada e financeirizada. E o momento que se mostrou ideal para o completo alcance desta meta é o atual, iniciado em 2016, com o golpe parlamentar, jurídico e midiático, por meio do qual a democracia e o Estado de direito vêm sendo aniquilados. Desde então, o país vive uma explícita guerra de

classe em que os trabalhadores estão cada vez mais à mercê do despotismo do capital, incluindo o estrangeiro, em seu insaciável assalto ao patrimônio nacional.

O próprio golpe de 2016 foi um instrumento dessa guerra de classe, o que, no Brasil, não constitui surpresa. Com efeito, toda vez que o poder econômico do país, dominado pelo capital imperial, sente que está perdendo o controle sobre o poder político e sobre a estrutura de desigualdade social de ranço escravocrata, os golpes acontecem com assentimento de setores da sociedade civil.

Essa tradição tem a ver com o fato de o Brasil nunca ter rompido com a sua herança escravocrata e de tê-la transplantado, com naturalidade, nas relações de classe mantidas em momentos posteriores à abolição formal da escravatura.

Até hoje, a enormidade da pobreza no Brasil, o último país das Américas a abolir a escravatura, não causa desconforto geral, assim como não incomodam as práticas de trabalho servil ou semisservil dos segmentos pobres nos ambientes domésticos dos endinheirados.

Vive-se, internamente no Brasil, um *apartheid* social entre ricos e pobres, que se naturaliza e se cria na consciência do brasileiro opressor um complexo de subserviência, vulgarmente chamado de “vira lata”, perante o imperialismo internacional.

Não por acaso, a principal indignação moral brandida no Brasil sobre os golpes de Estado é a corrupção, por configurar um delito contra o patrimônio. Os crimes contra a vida, inclusive os hediondos, não lhes causam comoção comparável aos praticados por “ladrões” (a pecha mais infamante e digna de linchamentos), principalmente se a vítima pertencer ou tiver origem na senzala. O curioso, porém, é que os crimes de corrupção só indignam se forem praticados pelo pessoal do Estado, e nunca pelos agentes do mercado privado, que são os que praticam,

diariamente, corrupção congênita em todos os interstícios do sistema. Mas, isso, para o brasileiro apreciador do empreendedorismo e do mérito competitivo, não é corrupção: é esperteza, inteligência na arte sedutora de lucrar.

Análises disponíveis revelam que houve, no país, uma escolha deliberada pela manutenção da profunda desigualdade social, visto que a vontade política poderia atenuá-la com políticas públicas, como a agrária e a fiscal. A sempiterna concentração de terras em mãos de uma oligarquia predadora e um sistema de tributação regressivo é algo que impressiona negativamente os estrangeiros de todas as extrações (intelectuais, políticos e até empresários). Impressiona, por exemplo, que, no Brasil, as alíquotas de impostos sobre herança sejam de 2% a 4%, posto que, em outros países, elas chegam a 30%; e a tributação de fortunas fique em 5%. Enquanto isso, os mais pobres pagam, no mínimo, 30% de sua renda via impostos indiretos sobre o gasto com luz, gás e alimentação.

O poder de mando do capital financeiro internacional sobre o governo brasileiro, instituído pelo o golpe de 2016, é assombroso ao ponto de a submissão acachapante desse governo, aos mandos imperiais desse capital, configurar-se – mais do que um ato de irresponsabilidade administrativa ou projeto ideologicamente entreguista – um crime de lesa-pátria; ou melhor, um ato de traição política contra a pátria, matando a democracia e a soberania nacional por meio de medidas ilegítimas, autoritárias e fraudulentas, que liquidam com o setor público.

E, embora essa prática esteja enraizada no jogo antiético praticado pelas drásticas políticas liberalizantes adotadas pelos agentes capitalistas internacionais desde o triunfo do neoliberal-conservadorismo, nos anos 1970, contemporaneamente, ela contempla a seguinte particularidade: para esses agentes, as mudanças implantadas pelo capital internacional, em países politicamente fragilizados, como foi o caso da Rússia e dos antigos países do Leste Europeu, e agora do Brasil, devem ser rápidas, súbitas e devem funcionar como terapias

de choque para que possam tirar proveito máximo dessa fragilidade e da ausência de possíveis contra-ataques. E o resultado já se conhece: “geração de mais pobreza e desproteção social para a maioria da população, enquanto as elites aliadas aos governos traidores se convertem em seguidores necessários ao processo e em novas plutocracias”¹.

Em suma, o Brasil de hoje está diante de uma terra arrasada em matéria de política social. E tal processo destrutivo caminha a passos largos com a adoção de medidas que desfalcam, no presente e no futuro, a população de qualquer segurança social. A guerra de classe em curso já mantém na miséria mais de 16 milhões de habitantes, número previsto para aumentar em 3,6 milhões com os cortes nos gastos sociais planejados pela gestão governamental atuante em 2018. Mesmo assim, esse governo interino cria aceleradamente reformas que restringem recursos da saúde, educação e assistência social ao mesmo tempo em que beneficia grandes empresas e produtores rurais devedores de impostos. O que fazer?

Este é, dentre outros, um desafio ingente e provocante para a política social brasileira da atualidade, face ao qual este livro procura contribuir com análises e interpelações fundamentadas e críticas. Boa leitura.

Potyara Amazoneida Pereira Pereira

Professora emérita da Universidade de Brasília.

Brasília/DF, 07 de abril de 2018.

1 BURGAYA, Josep. *La economia del absurdo*. Barcelona: Ediciones Deusto, 2015, p. 117.